

ACTA NÚMERO 21
SESSÃO ORDINÁRIA DE 21 DE FEVEREIRO DE 2009

Aos 21 dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e nove, reuniu, ordinariamente pelas 09.00 horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Amarante, a Assembleia Municipal de Amarante.

A Mesa da Assembleia Municipal foi constituída pelos senhores: Dr. Celso Pimenta de Freitas, Dra. Angelina Teixeira e o senhor Dr. José Ribeiro da Costa Nunes, respectivamente Presidente e Secretários.

A Câmara Municipal fez-se representar pelos senhores Dr. Armindo José da Cunha Abreu, Dra. Octávia Clemente, respectivamente, Presidente da Câmara e Vereadora

Feita a chamada verificou-se que estavam presentes os senhores:

Celso Pimenta de Freitas, Eugénia Maria Moura Teixeira, Ercília Gonçalves da Costa, **Carlos Macedo**, Abel Coelho, António Jorge Pereira da Silva, Acácio Magalhães, Luís Rua Van Zeller de Macedo, Eduardo Jorge Medeiros Pinto, Alberto Joaquim Sampaio Pinto, Olívia Carvalho, Raimundo Magalhães Carvalho, Manuel Antunes de Magalhães, Maria Rosa Castro Estebainha, Eduardo Oliveira Pinheiro, Amélia Maria Gomes de Oliveira, Joaquim Cândido Leite Moreira, Marco Tiago Ferraz Carneiro, Joaquim Ribeiro Baldaia, José Manuel Azevedo, Carla Babo, Maria José Castelo Branco, **José António Ribeiro**, José Augusto Silva, **Carlos Carvalho**, **Elisa Antunes**, **Manuel Cândido Mendes Costa**, Manuel António Carvalho Nogueira, Aristides Miranda, Fernando Carlos Gonçalves Cerqueira, Joaquim José Macedo Teixeira, Susana de Fátima Mesquita Ribeiro, Manuel Costa Azevedo e António Júlio V. Moreira.

Estavam também presentes os Presidentes de Junta de Freguesia de:

AMARANTE (S. GONÇALO) – Artur Correia
ABOADELA – João Pinheiro
ABOIM – Manuel Agostinho F. Moura
ANSIÃES – Armando Batista Carvalho
ATAÍDE – Lino Manuel S. Macedo
BUSTELO – Manuel Ribeiro da Lage
CANADELO – Manuel Claro
CANDEMIL – Manuel Fernando Coelho

CARNEIRO – Joaquim Briga
C. DE REI – Ilídio Pinto – (**Substituído por Alexandra Morais**)
CEPELOS – Américo Paulo da Silva Ribeiro
CHAPA – António Cândido Pinheiro
FIGUEIRÓ (St^a Cristina) – António Magalhães Teixeira
FIGUEIRÓ – Daniel Pinheiro
FREGIM – Joaquim Ribeiro Sousa e Castro
FREIXO DE BAIXO – Armando Moura Maia
FRIDÃO – José Joaquim Magalhães Teixeira
GATÃO - Joaquim Augusto Pinto Coelho
GONDAR – António Bastos Teixeira
S. SIMÃO - Eduardo Monteiro Pinheiro
JAZENTE – Manuel Pinheiro
LOMBA – Paulo Vasconcelos
LOUREDO – Carlos Magalhães
LUFREI – António Alexandrino F. Magalhães
MADALENA – Carlos Teixeira
MANCELOS – José Ribeiro
OLIVEIRA - José Leite Vieira
OLO – Manuel António Leite Ribeiro
PADRONELO – Luís Silva
REAL – José Augusto Sousa Oliveira
REBORDELO – José Manuel Meireles Machado
SALVADOR – António Gomes Pinheiro
SANCHE – Henrique Monteiro
TELÕES – Angelina Rosa Pinheiro Teixeira
TRAVANCA – Fernando Cunha
VARZEA – Abílio Sampaio
VILA CAÍZ – Abílio Carlos Ricardo
VILA CHÃ – Rui Coelho
VILA GARCIA – Manuel Teixeira

Faltaram a esta sessão da Assembleia Municipal os senhores:
Abel dos Santos Afonso, Alcino Carvalho, José Emanuel Queirós e Joaquim José Macedo Teixeira, que em devido tempo justificaram a falta.

Feita a chamada, foi de seguida dada a conhecer a correspondência recebida até esta data.

PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Deu entrada na Mesa da Assembleia uma recomendação subscrita pelo Bloco de Esquerda, intitulada “Pela constituição de um Gabinete de Combate à Crise”.

O texto encontra-se nos anexos desta acta onde poderá ser lido na integra.

PROF. CÂNDIDO MOREIRA – PS

Usou da palavra para fazer um convite a todos os membros da Assembleia Municipal para estarem presentes na inauguração do Balcão Sénior a abrir em Padronelo no dia 25 de Fevereiro com a presença do senhor Secretário de Estado da Administração Local, Dr. Eduardo Cabrita e a senhora Dr^a. Maria Manuela Leitão Marques, Secretária de estado da Reforma Administrativa. Deu também uma breve explicação do que iria ser o Balcão Sénior e quais os serviços que por ele iriam ser prestados, com especial relevo aos idosos da freguesia. A abertura deste Balcão é uma forma de reconhecimento ao trabalho que tem sido feito na freguesia de Padronelo. Acrescentou ainda que só mais dois concelhos no país foram contemplados, Oliveira de Azeméis e um outro no Alentejo.

ENG. LUIS VAN ZELLER

No uso da palavra perguntou à Câmara qual o ponto da situação relativamente ao Parque Florestal. “Houve algumas negociações no sentido de fazer com que o Parque venha ou não a ser administrado pela Câmara?”

Referiu ainda uma urgência para um acompanhamento imediato de forma que não se venha a assistir à degradação total daquele espaço. Temos que evitar a todo o custo o abandono do espaço que é uma referência em Amarante.

DR. ABEL COELHO – PS

O senhor deputado fez uma intervenção relacionada com os assuntos da educação. Essa intervenção encontra-se nos anexos desta acta onde poderá ser lida na integra.

DRA. EUGÉNIA MOURA – AFT

No uso da palavra, começou por dizer que gostava de obter informação acerca do que se passa na escola Eb2,3 de Telões no que diz respeito à educação física e à falta de um pavilhão. A informação que tem é que os alunos fazem ginástica nas salas de aula, afastando o mobiliário. Outras vezes fazem-na nos corredores com os colchões e trampolins espalhados pelo chão, o que dá um espectáculo lamentável.

No que diz respeito à Escola de Travanca também lhe foi dito que a escola não tem condições, estando os alunos a ter aulas em salas improvisadas, onde há mesmo dificuldade em abrir as janelas.

Disseram-lhe também que a escola de Vila Caíz não tem acesso directo para o pavilhão pelo que gostava de saber que se passa?

Continuou também a sua intervenção perguntando o que se passa com as obras na Avenida 1^o de Maio. Quem por lá passa percebe que as obras foram mal executadas e como tal precisam de ser rectificadas.

Sabe também que em relação às obras do Arquinho os comerciantes estão a ser afectados. Está a ser feita alguma coisa para minorar os problemas e os prejuízos? A importância do comércio local é

muito importante para a economia. Se matarmos pouco a pouco o tecido económico estamos a contribuir seriamente para que a situação fique mais agravada.

Relativamente ao terminal de autocarros, limita-se a dizer que aquele não é o terminal que gostava que Amarante tivesse. Chamou em devido tempo a atenção para mostrar que aquele não era o verdadeiro projecto para as necessidades de Amarante. Afinal parece que o tempo lhe deu razão. Aquilo não é uma obra de que Amarante se possa orgulhar.

Quanto à questão do cemitério de Rebordelo, os mais atentos já verificaram que as pessoas que foram chamadas a tribunal, naquele processo foram absolvidas. É bom esperar pelas decisões. É lamentável que uma pessoa como o senhor Presidente da Câmara tivesse, antes do tempo, acusado e condenado as pessoas em público e feito as afirmações que fez. A absolvição é do Tribunal. É de um órgão que exerce a justiça. Enquanto jurista não tem problema nenhum em aguardar pelas decisões, para que só depois possa falar em condenações. A presunção da inocência impõe comportamentos. Quem é licenciado em direito tem que pautar a conduta por estes princípios.

Terminou a sua intervenção referindo-se à recente instalação da CIMI, instalação essa a que os órgãos de comunicação local quase não deram importância. Esta realidade é muito séria e merecia um tratamento diferente. Com membro dessa Comissão, sente-se muito honrada, expectante e profundamente convencida que a presidência do órgão deliberativo que pertence a Amarante pode fazer um bom trabalho. A senhora Dra. Amélia fará certamente um bom trabalho, promovendo o debate e certamente não cortará o pensamento a quem quer que seja, a exemplo do que acontece nesta Assembleia. A ela os parabéns por ter sido eleita.

SR. JORGE PEREIRA DA SILVA – IND

No uso da palavra o senhor deputado começou por referir-se à intervenção do senhor Dr. Abel Coelho, dizendo-lhe que trouxe um monte de contradições no que diz respeito à educação e aos problemas que neste momento a rodeiam. O problema da educação e a formação escolar falhou redondamente depois do 25 de Abril.

Referiu-se depois ao conteúdo inserto num Jornal local, o Repórter do Marão, que se calhar até vive à custa da Câmara, e que traz títulos de primeira página que em nada dignificam o concelho de Amarante. Parecem mais preocupantes para o jornal os lucros dos sex shops, do que os verdadeiros problemas que hoje se sentem em Amarante. O que se lê naquele jornal é uma afronta.

Referiu-se depois às obras do Arquinho dizendo que aquelas obras vão trazer graves problemas. No seu entender nunca deviam ter sido iniciadas antes de se resolver os problemas da ETAR. A breve prazo vamos transformar o Arquinho numa fossa ou numa ETAR.

Terminou depois a sua intervenção referindo a obra do terminal de Camionagem, dizendo que a obra está feita e como tal vamos ter de

aguentar aquilo que ali está. Na devida altura votou contra e continua a entender que aquilo não é o que Amarante precisava. Havia ali perto um terreno com cerca de 30.000 m² que seria o local ideal para se poder construir a verdadeira Central de Camionagem e se calhar muito mais barata que aquilo que hoje ali temos.

DRA. ELISA ANTUNES – BE

A senhora deputada fez uma intervenção relacionada que se anexa com a crise que actualmente se vive, apontando como uma solução a criação de um gabinete de crise a criar pela Câmara Municipal que possa minimizar as situações difíceis que neste momento já se vivem em Amarante.

DRA. MARIA JOSE CASTELO BRANCO – PSD

No uso da palavra, começou por dizer que está satisfeita porque afinal a política pode ser interessante. Disse que nunca atacou a escola pública e que sempre a frequentou. Tudo o que conseguiu, fê-lo à custa de muito trabalho. Sempre criticou o facilitismo. Os inspectores só querem resultados e não um bom ensino. Neste momento, a um grande investimento tem de corresponder um grande resultado. Todos sabemos que a estatística é enganosa. A Comissão Científica já reconheceu que o modelo devia ter sido ensaiado antes de ter sido posto em prática. Terminou a sua intervenção dizendo que agora percebe porque é que a Ministra vem tanto a Amarante. Depois de tantas vivas à senhora, não admira que isso aconteça.

SR. FERNANDO CUNHA – PRESIDENTE DA JUNTA DE TRAVANCA

No uso da palavra, referiu-se à Escola de Moreira de Cima, dizendo que as críticas que foram feitas são injustas. A Escola está a funcionar e a funcionar bem. As janelas abrem e não é verdade que não sejam diariamente abertas. Simplesmente, como é no segundo andar, evita-se fazê-lo para que não aconteçam acidentes com os alunos. A situação é provisória até que se construa o centro escolar que tão necessário é.

DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA

No período de respostas aos senhores deputados, o senhor Presidente da Câmara começou por referir-se à recomendação do BE, dizendo que é mais do mesmo. Não é honesta a recomendação sob o ponto de vista político. A senhora deputada desconhece em absoluto o apoio social que a Câmara presta neste momento. Pela óptica do Bloco, pergunta se o estado também tinha a obrigação de garantir os depósitos do BPN?

Referiu-se depois ao Parque Florestal, dizendo que estão a decorrer negociações para uma possível entrega do mesmo ao município. O processo irá sofrer um atraso, porque com o Novo Código do Trabalho, a Câmara vai ter de abrir concurso de pessoal mesmo para aqueles funcionários que foram para a Mobilidade Especial.

Continuou a intervenção dizendo que a intervenção do Dr. Abel Coelho, a exemplo de outras a que já nos habituou, foi brilhante.

Respondeu à Dra. Eugénia Moura dizendo que foram os elementos do Movimento AFT, que na reunião de Câmara votaram contra a proposta de ser a Câmara a poder administrar o parque escolar. Sendo assim, a Câmara nada tem a ver com as escolas que a senhora deputada apontou, porque a gestão não é da Câmara. Quanto ao pavilhão de Vila Caíz, respondeu que o pavilhão é municipal e não é da escola. Quando estiver pronto abrirá e nessa altura, provavelmente a escola poderá vir a utilizá-lo.

Quanto aos trabalhos da Avenida 1º de Maio, referiu que os trabalhos estão suspensos, porque a Câmara não aceita aquele pavimento. Terá de ser removido e colocado um novo. Aliás não cabia na cabeça de ninguém que a Câmara aceitasse o que lá ficou.

Continuou a sua intervenção dizendo que o espantava o facto de o PSD e o BE terem dado alguns elogios ao terminal de camionagem do Queimado. Em municípios como o de Amarante, é sem dúvida a melhor solução. Permitem a paragem de 11 autocarros em simultâneo.

Quanto ao cemitério de Rebordelo, disse que os autores da obra foram levados a tribunal não por acusação da Câmara, mas sim por ordem do Ministério Público. Contudo, este caso tinha duas vertentes: a responsabilidade civil e responsabilidade criminal. Quem fez a queixa foi a Junta de Rebordelo. Não foi a Câmara que acusou, mas apesar disso tem posição sobre o assunto. Esta decisão é criticável. Quem provocou os movimentos de terra terá sempre responsabilidade objectiva. Quem fez isso tem de indemnizar.

Quanto à responsabilidade criminal, é dito que o muro caiu por motivo de força maior e não por condição previsível. Será que o Inverno de 2006 foi assim tão rigoroso que fizesse prever o que aconteceu. Parece-lhe que a decisão está mal fundamentada. Não tem dúvidas em afirmar que o Inverno de 2006 não foi a causa daquela derrocada. O município não teve qualquer responsabilidade e teve de assumir um prejuízo de 150.000 euros. Mais, os cidadãos de Rebordelo tinham onde estacionar e hoje não têm. O senhor Ferreira Torres, esse sim, ficou com um grande largo para poder estacionar.

Relativamente ao requerimento do BE, referente à Barragem devia ter sido apenas dirigido para o Presidente da Comissão, que é quem deve tratar esse assunto.

Relativamente às fisgas de Ermelo, disse que o problema foi fácil de resolver porque toda a gente sempre esteve contra. O local é reserva nacional e essa ideia só cabia na cabeça do concessionário.

Terminou a sua intervenção dando a conhecer e convidando os presentes a participar num debate que irá decorrer no próximo dia 20 de Março, sob organização da Câmara, com vista a esclarecer as pessoas relativamente aos riscos e à segurança da Barragem entre outros assuntos. Vão estar presentes o Presidente do LNEC, o Dr. Ferreira Lemos, Director de Departamento de Engenharia Civil da FEUP, João Avilez do Instituto Nacional e Carlos Pina, vogal do Conselho Directivo do LNEC. Foi distribuído um documento elaborado pela EDP que mostra os resultados de um inquérito à população, onde se verifica que 50% dos inquiridos não se opõe à construção da Barragem.

DRA. EUGÉNIA MOURA – AFT

Usou de novo a palavra para pedir um esclarecimento ao senhor Presidente da Câmara, por forma a ver respondidas as questões relacionadas com a Escola da freguesia de Travanca e das taxas que deveriam ser minimizadas aos comerciantes enquanto decorrem as obras.

Leu também parte do acórdão do tribunal relacionado com o caso do cemitério de Rebordelo. Disse que não se irá pronunciar sobre questões jurídicas e nem fará juízos precipitados.

DRA. AMÉLIA OLIVEIRA – PSD

No uso da palavra leu o artigo 23º do Regimento. De seguida referiu-se à Central de camionagem, dizendo que o PSD nem sequer falou no assunto. É por causa dos devaneios que o Senhor Presidente da Câmara habitualmente usa que são ultrapassados os tempos. Acontece é que nunca lhe é cortada a palavra. Não pode continuar a ser assim, porque em primeiro lugar o senhor Presidente está ali para responder às questões que os senhores deputados lhe colocam.

DRA. ELISA ANTUNES – BE

No uso da palavra a senhora deputada dirigiu-se ao senhor Presidente da Assembleia a quem disse que não deve fazer juízos de valor acerca da defesa da honra que os deputados invocam. Deve também exigir ao senhor Presidente da Câmara que respeite os tempos de uso da palavra, bem como a forma como por vezes se dirige às pessoas. Devia também cortar-lhe a palavra. Já chega de abuso de poder. Leu um texto de que a seguir se transcreve:

“Façamos de conta que nada aconteceu no Freeport. Que não houve invulgaridades no processo de licenciamento e que despachos ministeriais a três dias do fim de um governo são coisa normal. Que não houve tios e primos a falar para sobrinhas e sobrinhos e a referir montantes de milhões (contos, libras, euros?). Façamos de conta que a Universidade que licenciou José Sócrates não está fechada no meio de um caso de polícia com arguidos e tudo.

Façamos de conta que José Sócrates sabe mesmo falar Inglês. Façamos de conta que é de aceitar a tese do professor Freitas do Amaral de que, pelo que sabe, no Freeport está tudo bem e é em termos “quid júris” irrepreensível.

Façamos de conta que aceitamos o mestrado em Gestão com que na mesma entrevista Freitas do Amaral distinguiu o primeiro-ministro e façamos de conta que não é absurdo colocá-lo numa das “melhores posições no Mundo” para enfrentar a crise devido aos prodígios académicos que Freitas do Amaral lhe reconheceu.

Façamos de conta que, como afirma o professor Correia de Campos, tudo isto não passa de uma invenção dos média.

Façamos de conta que o "Magalhães" é a sério e que nunca houve alunos/figurantes contratados para encenar acções de propaganda do Governo sobre a educação.

Façamos de conta que a OCDE se pronunciou sobre a educação em Portugal considerando-a do melhor que há no Mundo.

Façamos de conta que Jorge Coelho nunca disse que "quem se mete com o PS leva".

Façamos de conta que Augusto Santos Silva nunca disse que do que gostava mesmo era de "malhar na Direita" (acho que Klaus Barbie disse o mesmo da Esquerda). Façamos de conta que o director do Sol não declarou que teve pressões e ameaças de represálias económicas se publicasse reportagens sobre o Freeport.

Façamos de conta que o ministro da Presidência Pedro Silva Pereira não me telefonou a tentar saber por "onde é que eu ia começar" a entrevista que lhe fiz sobre o Freeport e não me voltou a telefonar pouco antes da entrevista a dizer que queria ser tratado por ministro e sem confianças de natureza pessoal.

Façamos de conta que Edmundo Pedro não está preocupado com a "falta de liberdade". E Manuel Alegre também. Façamos de conta que não é infinitamente ridículo e perverso comparar o Caso Freeport ao Caso Dreyfus.

Façamos de conta que não aconteceu nada com o professor Charrua e que não houve indagações da Polícia antes de manifestações legais de professores.

Façamos de conta que é normal a sequência de entrevistas do Ministério Público e são normais e de boa prática democrática as declarações do Procurador-Geral da República.

Façamos de conta que não há SIS. Façamos de conta que o Presidente da República não chamou o PGR sobre o Freeport e quando disse que isto era assunto de Estado não queria dizer nada disso.

Façamos de conta que esta democracia está a funcionar e votemos. Votemos, já que temos a valsa começada, e o nada há-de acabar-se como todas as coisas. Votemos Chaves, Mugabe, Castro, Eduardo dos Santos, Kabila ou o que quer que seja. Votemos por unanimidade porque de facto não interessa. A continuar assim, é só a fazer de conta que votamos." Façamos de conta que esta democracia está a funcionar."

ENG. ALBERTO SAMPAIO – PSD

No uso da palavra, começou por dizer que recebeu da parte do BE uma carta dando conta daquilo que deveria ser ou não feito para que a Comissão de Acompanhamento da Barragem de Fridão funcionasse e cumprisse aquilo para que foi criada. Não querendo desvirtuar a referida Comissão pensa que não tem havido nenhuma cooperação por parte da Câmara. Pediu em tempos uma reunião com a Câmara e até hoje ainda não obteve qualquer resposta. Sabe agora que ia haver uma sessão de esclarecimento organizada pela Câmara, sessão da qual a Comissão não teve qualquer conhecimento. Não lhe parece correcto e como tal não aceita mais fazer parte de uma comissão que neste momento é ineficaz. Não

havendo cooperação entre a Câmara e a Comissão não faz sentido que ela exista.

Por sua vez o senhor **Jorge Pereira da Silva**, usou de novo a palavra para dizer que não viu respondidas as suas questões relativamente à primeira página do jornal local e também às obras do Arquinho.

PROF. CANDIDO MOREIRA – PS

Começou por dizer que abandonou a sala, quando começou a ouvir a leitura de um texto , que já conhecia. Em segundo lugar, não o repugna nada que se faça uma critica ao Primeiro Ministro, mas repugna-o que se possa eventualmente associar a figura do Primeiro Ministro à figura de Kabilá. Repugna-o que um partido que se diz de esquerda, faça a apologia à extrema direita reforçando essa apologia com a leitura daquele texto. Também o repugna o facto de ter sido citado um texto de um jornalista que todos sabemos porque é que escreve assim. O senhor Mário Crespo escreveu aquele texto provavelmente como forma de retaliação por ter sido afastado do cargo que ocupava nos Estados Unidos. Desafiou a que todos se associem a este seu repúdio, e usando a figura de defesa da honra dignifiquem a Assembleia Municipal.

SR. PEDRO MARINHO – PSD

No uso da palavra, disse que o jornalista Mário Crespo sabe como poucos moderar um debate. Não é sectário e não mistura as coisas. Disse também ao senhor Presidente da Assembleia que os tempos não podem ser geridos da forma que está a ser feito. Tem de haver mais respeito pelas pessoas .

DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra começou por dizer que a questão da ETAR está há muito tempo equacionada. O projecto do interceptor do Rio Tâmega está concluído e neste momento já foi lançado o concurso para a ETAR de Vila Caíz. Disse também que não cabe na cabeça de ninguém quando se diz que a Câmara vai deixar transformar o Arquinho numa fossa. A Obra a seu tempo estará concluída. Disse também à Dra. Amélia que por vontade do PSD e do Movimento AFT a estação rodoviária não tinha sido feita com o argumento de que o muro exterior iria ter um grande impacto negativo.

DRA. EUGÉNIA MOURA – AFT

Disse que não ouviu a resposta às questões que anteriormente formulou, nomeadamente as que diziam respeito aos prejuízos dos comerciantes prejudicados com as obras do Arquinho e também aos problemas que se verificam com as escola de Travanca.

O senhor Presidente respondeu-lhe dizendo-lhe que até hoje nenhum comerciante pediu qualquer indemnização. Também não indemnizará ninguém só porque está a intervir num espaço público. Era o que faltava. Abria-se um precedente que nunca mais tinha fim. Por outro lado, a Câmara não vai pedir partilha nos lucros que eventualmente os comerciantes possam ter depois das obras feitas.

No que diz respeito às instalações para fazer desporto, disse-lhe que o melhor espaço que há é ao ar livre.

Terminado o Período da Antes da Ordem do dia, foi dada a palavra a quem do público se inscreveu. Usou da palavra o senhor **ANTONIO ADELINO** morador no Bairro da Chentuada em Amarante e que fez a seguinte intervenção: "O senhor Presidente na sua resposta à minha intervenção na última assembleia (27 de Dezembro) insinuou que eu estaria a representar e a servir interesses inconfessáveis, a fazer um "frete", digamos que seria uma espécie de "testa de ferro"; disse que eu queria impor a minha opinião, de oposição à barragem, contrária à maioria da população, que não teria espírito democrático, pois não respeitava a posição da maioria da população.

Se o senhor está tão seguro disso, (a maioria da população é a favor da barragem), queria lançar-lhe um repto: faça uma sondagem, institua um referendo e assim saberemos sem margem para dúvida, qual a posição da população relativamente à barragem. O senhor Presidente respondeu-me que essa informação já a EDP a tem. Ora o que eu pergunto é que credibilidade nos merece essa informação quando ela é efectuada pela parte interessada. O que, em linguagem desportiva, a EDP seria arbitro e jogador ao mesmo tempo. Parece-lhe que ninguém será bom juiz em causa própria. É o mesmo que colocarmos a raposa no galinheiro. Portanto, partindo destes dados fornecidos pela EDP, façamos a tal sondagem ou referendo e assim esclareçamos duma vez por todas o assunto e ficaremos então a saber se a população quererá ou não a Barragem de Fridão.

PERIODO DA ORDEM DO DIA

PONTO Nº 1 – APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE DEZEMBRO DE 2008

Usaram da palavra os senhores:

ENG . VAN ZELLER – PSD

Disse que votará contra a Acta porque são omitidas afirmações que fez e que deviam constar na acta agora em análise. Referiu os terrenos das Veiguiñas como hipótese de ali poderem ser colocadas as diversões das Festas de Junho e não com o sentido que a acta parece querer dar. Fez referencia a situações que estão omissas na acta. Para fazer a rectificação por escrito tinha agora de ouvir a gravação e socorrer-se da memória. Isto

leva a que cada vez mais as intervenções tenham de ser feitas por escrito, porque é a única maneira de garantir que não são deturpadas.

PROF. JORGE PINTO – PS

Solicitou para que na página 16, no primeiro parágrafo da sua intervenção onde se lê “um partido de mínimos” deve ler-se “um partido de unanimismos”.

DR. ABEL COELHO - PS

No uso da palavra, começou por referir o velho problema da redacção das actas. Por mais esforço que se faça, as actas terão sempre erros. Uma acta deve ser um resumo daquilo que é dito nas Assembleias e não aquilo que muitos querem que seja. Os que se sentem prejudicados devem trazer por escrito as intervenções de fundo, tal e qual ele faz, intervenções essas que ficarão nos anexos das actas.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação. Dessa votação apuraram-se os seguintes resultados:

VOTOS CONTRA – 10
ABSTENÇÕES – 0
VOTOS A FAVOR – 43

Fizeram declaração de voto os senhores deputados:

ENG. VAN ZELLER, que disse que não é fácil trazer sempre um texto das intervenções. Para reproduzir fielmente aquilo que disse tinha de requerer de todas as vezes a gravação das sessões. Se assim não for é muito difícil reproduzir agora aquilo que efectivamente na altura foi dito.

DRA EUGÉNIA MOURA – AFT

Na declaração de voto que fez, disse que aqueles que assinaram, consideram que a acta, mais uma vez é elaborada sem rigor e não expressa o que se passou na Assembleia. Trata-se de um documento que não é fidedigno nem rigoroso. Por essa razão votaram contra.

PONTO Nº 2 – ANÁLISE E DISCUSSÃO DO RELATÓRIO DAS ACTIVIDADES DA CÂMARA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Usaram da palavra os senhores:

SR. RAIMUNDO CARVALHO – PS

No uso da palavra, começou por dizer que a história está marcada por frases celebres. Hoje temos a frase do “façamos de conta”.

Se assim é, façamos de conta que não existe no relatório que agora analisamos nada que refira o programa "vida emprego", "estágios profissionais" "acção social", "subsídio de arrendamento", "políticas para a juventude", "programa Escolhas", "PROGRIDE". etc. Façamos de conta que os senhores deputados lêem os relatórios.

A Câmara tem sido exemplar nos programas de âmbito social. O programa social da Câmara é insuspeito porque é exemplar.

Recomendar que seria necessário um Gabinete de Crise, seria o mesmo que admitir que a Câmara não tem feito obra de âmbito social, o que não verdade. Façamos de conta que a Câmara é muito mais rápida que o Luke e Luke, para que antes das recomendações já tenha os problemas resolvidos. Nesse aspecto, o trabalho da Câmara é insuspeito. É reconhecido por todos.

É referido na página 6 na rubrica Planeamento e Projectos – Supressão da Passagem de Nível da Linha do Tâmega. Faz lembrar a supressão da passagem de nível de Vila Meã, obra que nunca mais está concluída. O que se passa com esta obra? De quem é afinal a dificuldade?

Gostaria também de aproveitar a oportunidade para exigir ao senhor Presidente da Câmara que esclareça o município no sentido de saber o que é que está a ser feito em Vila Meã no que respeita à supressão da passagem de nível e qual a resposta da Câmara para as acessibilidades ao novo Quartel dos Bombeiros?

ELISA ANTUNES – BE

No uso da palavra começou por dar os parabéns ao orador anterior.

Disse que não se levantava nem abandonava a sala quando o senhor Presidente da Câmara diz mal do BE. O papel da oposição é falar do que está mal. Votarão sempre a favor naquilo que entenderem estar bem. Estar sempre a dizer que as propostas do BE são desonestas não lhe parece muito correcto.

DR. ANTÓNIO RICARDO – PSD

No uso da palavra começou por questionar a Câmara relativamente à obra que foi executada na estrada Pidre/Real. O porquê de ter sido aceite a obra naquele estado? Não façamos de conta!

Perguntou também qual o resultado dos programas de apoio social e porque não é dado apoio ao Centro Social de Vila Caíz.

SR. JORGE PEREIRA DA SILVA – IND

No uso da palavra começou por referir-se à alínea que refere a construção de um auditório para 600 pessoas. Não está contra, mas neste momento existem as instalações do Centro Pastoral. Há também um cinema subaproveitado. Vai gastar-se dinheiro numa ecopista, quando seria mais útil a construção de um parque de estacionamento. Ter investido naquela estação rodoviária não foi um grande investimento. Podia ter-se feito muito melhor. É preciso arranjar uma solução para um novo mercado. O actual não tem condições. É necessário recuperar a feira. Um

pavilhão multiusos começa a ser necessário. A recuperação do Parque Florestal é fundamental. É preciso começar a investir o dinheiro e não a gastá-lo conforme por aí se vai vendo. O senhor Presidente da Câmara está muito mal servido de conselheiros. De engenheiros também. Cada vez mais é preciso repensar os investimentos para Amarante.

SR. CARLOS CARVALHO – PSD

No uso da palavra começou por referir-se à presença diária de cerca de 20 toxicodependentes no edifício Santa Helena. Deixam vestígios nas zonas circundantes do prédio e a situação começa a tornar-se complicada. Pediu à Câmara que solicite o apoio das autoridades para resolver o problema e se possível que interceda junto do proprietário que feche a zona das garagens e comércio, ainda por acabar, porque é aí que essas pessoas se encontram instaladas.

Relativamente ao relatório começou por dizer que ele reflecte um empreendedorismo que não existe em Amarante. Disse também que na faculdade onde estuda há quase diariamente um requisição diária de estudantes que queiram apostar em novos projectos e novos investimentos.

Amarante tem todas as condições para isso e não está a aproveitar. Se o fizesse estaria a contribuir para fixar as pessoas.

Finalmente, pela recente lei, vai poder ser criado o Conselho Municipal da juventude. Espera que Amarante o faça rápido para bem da juventude.

DRA. ERCILIA COSTA – PS

No uso da palavra, referiu-se às palavras do senhor deputado Raimundo Magalhães e Dr. António Ricardo, dizendo-lhes que é difícil contabilizar os resultados concretos dos Programas “Escolhas” e “Progride”. A sua função também não será essa. A função desses programas tem a ver com o apoio que é dado aos jovens com carências, risco de exclusão social e pobreza. Os seus efeitos só serão sentidos a longo prazo.

PROF. CANDIDO MOREIRA – PS

No uso da palavra disse que a crise veio demonstrar que as políticas sociais para Amarante estavam correctas. A Câmara arranjou em devido tempo solução para a crise. Prova-se agora que as questões estão a ser bem resolvidas.

Quanto à política de investimento, disse ao senhor Jorge Pereira da Silva que as que ele defende não seriam as melhores para Amarante. Sente-se honrado com os conselhos que ele e outros cidadãos têm dado ao senhor Presidente da Câmara.

Arranjar soluções para o comércio iguais àquelas que eram usadas há 50 anos é um logro. Hoje o comércio vive e trabalha de outra forma. Temos todos de nos adaptar a novas realidades. Não podemos agora travar o processo.

ENG. VAN ZELLER – PSD

No uso da palavra, referiu-se ao Solar de Magalhães e aos toxicodependentes que ali param diariamente. Debaixo da varanda, é um vai e vem de movimentos suspeitos. Aquela situação devia ter um fim imediato porque depois de estarem ali instalados será difícil serem desalojados.

DRA. EUGÉNIA MOURA – AFT

No uso da palavra começou por felicitar o senhor deputado Raimundo Magalhães pela intervenção que fez.

Referiu-se à crise que agora se vive, dizendo que várias vezes chamou a atenção para os sinais de crise. Só quem não estava atento é que não os sentiu. Continua a entender que as opções que a Câmara vai tomando não vão conduzir a bons resultados. Quem diz que não há problemas engana-se. A crise é muita e sente-se. As pessoas estão chegar de Espanha sem emprego e muitas vezes sem salários. Perante isto como é que se pode dizer que em Amarante não há problemas. Só ainda não tem dimensão pública porque as pessoas estão a sofrer em silêncio e individualmente.

Disse também que quando estamos a falar de obras como uma ecopista, não podemos estar a trabalhar no apoio social. A forma como estamos a encarar a crise levará a um final demasiado sério.

SR. RAIMUNDO MAGALHÃES – PS

No uso da palavra, disse que não ouviu ninguém dizer que não há crise em Amarante. Infelizmente está aí. Temos de rebater os factos políticos. A Câmara antecipou-se a esta crise criando condições de apoio social. A actividade da acção social promovida pela Câmara Municipal em colaboração com o Centro de Emprego tem sido exemplar. Quando a crise bate à porta, devemos todos colaborar e não estarmos sempre a incutir à Câmara essa obrigação. A Dra. Eugénia, até pelas funções que tem deve ajudar as pessoas por forma a que elas possam saber pelo menos como devem procurar ajuda. A Câmara só por ela não pode resolver todos os problemas. Deve ajudar-se as pessoas encaminhando-as para os sítios certos a dar-lhe algum apoio social e também razão para minimizar a crise. Também é preciso combater e ajudar a combater as fraudes. Há muita gente a aproveitar-se dos subsídios.

O Estado que até agora era sempre mau, agora, segundo os privados, é que deve dar o apoio e resolver todos os problemas. É preciso alterar este estado de coisas.

Por sua vez, a **Dra. EUGENIA MOURA**, usou de novo a palavra para dizer que não pode ser só ela a resolver as questões. Muitos problemas serão resolvidos se forem criadas condições que levem à riqueza e ao emprego.

DRA. MARIA JOSE CASTELO BRANCO – PSD

No uso da palavra, começou por dizer que a crise está aí e instalada em todos os níveis etários. Todas as medidas são poucas. É preciso uma intervenção imediata. Temos de investir no futuro criando oportunidades aos jovens. Que apoios tem sido dados às empresas que se querem fixar em Amarante? Tem de haver honestidade política. A situação é real. Os jovens vão-se embora porque não há nada que os fixe à terra. Onde estão os investimentos no turismo?

DR. ARMINDO ABREU . PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra, o senhor Presidente começou por perguntar à Dra. Maria José Castelo Branco se por acaso sabia qual o investimento que iria ser feito em Amarante? Deu-lhe a conhecer as várias obras que iriam iniciar-se em Amarante, entre as quais o túnel do Marão , a ETAR de Vila Caíz, Interceptor da margem esquerda do Tâmega, emissário do Rio Ovelha etc. Todos estes investimentos estão estimados num valor de 500.000.000€. Vai ser também dado início à Ecopista e aos Centros Escolares. Quanto às indústrias, cada um pode dizer o que quiser, mas desconhece a realidade, porque para isso é preciso conhecer os valores do IRC para Amarante, para se poder ter a noção da realidade. Brevemente irá ser inaugurada uma unidade de desmantelamento de carros, que irá empregar de imediato 20 pessoas. Informou também que a obra do túnel do Marão irá comprar tudo que é metalomecânica em Amarante.

Referiu-se depois ao ensino, dizendo que em Amarante há uma escola que colocou numa só turma todos os alunos reprovados. Isto é segregação e impensável nos dias de hoje.

Continuou a sua intervenção dizendo ao senhor Deputado Raimundo Carvalho que a REFER já lançou as obras em Vila Meã. Estão na disposição de fazer as obras de acesso ao quartel dos Bombeiros se a Câmara conseguir os terrenos para isso.

Disse de seguida ao senhor deputado Dr. António Ricardo, que a Dólmen apenas lhe daria conselhos acerca dos financiamentos para as IPSS. Quanto à estrada Pidre/Real disse-lhe que efectivamente a estrada foi mal pavimentada. Foi também nessa altura que a empresa que a executou faliu, o que ainda complicou mais o arranjo da mesma.

Terminou a sua intervenção dizendo ao senhor deputado Carlos Carvalho que apresente um proposta de apoio às indústrias. Pode ser que se consiga algum resultado prático. A Câmara não pode apoiar tudo. Enquanto for Presidente da Câmara não oferecerá terrenos à indústria. O PSD se entende que não deve ser assim que o diga no próximo programa eleitoral. Tenham a coragem de o fazer.

SR. CARLOS CARVALHO – PSD

Usando a figura da defesa da honra, o senhor deputado disse que não entra no jogo do senhor Presidente da Câmara, que quando não consegue nada politicamente, passa ao ataque pessoal.

D^a ELISA ANTUNES – BE

No uso da palavra, referindo-se às palavras do senhor Presidente começou por perguntar o que é que o Bloco tem a ver com a formação das turmas na escola que ele referiu. Neste momento devia ficar era indignado com os elogios que o Prof. Freitas do Amaral faz ao PS. Isso sim, é que o devia incomodar. Também sabe que houve um concurso para admissão de pessoal para uma escola que decorreu de forma ilegal. Também sabe qual é a escola mas também, por razões óbvias não o diz nesta assembleia.

PONTO Nº 3 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO NO VALOR DE DOIS MILHÕES DE EUROS – (2.000.000€)

Relativamente a este ponto, usaram da palavra os senhores:

D^a ELISA ANTUNES – BE

No uso da palavra, questionou a Câmara no sentido de saber se as obras a contemplar agora pelo empréstimo estavam ou não previstas em orçamento? Porquê um empréstimo tão pouco tempo depois de aprovado o Plano e Orçamento? São obras eleitoralistas? Embora não tenha nada contra, na votação vai abster-se.

O senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu-lhe dizendo-lhe que se a senhora deputada Elisa Antunes tivesse lido os documentos tinha percebido que estas obras só podiam ser executadas com recurso a um empréstimo. Aliás, era feita essa referência nos documentos previsionais.

D^{RA} EUGÉNIA MOURA – AFT

No uso da palavra, disse que como votaram contra os documentos previsionais a posição actual está desde já assumida. A opção é errada no que diz respeito à ecopista. Assumir este empréstimo é assumir uma sobrecarga muito pouco aconselhável nos tempos que correm.

O senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA**, usou de novo a palavra para dizer a todos os senhores deputados que o empréstimo não chega a 10 % do valor da ecopista. Deu também a conhecer que em reunião de Câmara, todos os senhores Vereadores lhe disseram para avançar com as obras que agora fazem parte deste empréstimo.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, o assunto em análise foi de imediato posto à votação. Dessa votação apuraram-se os seguintes resultados:

VOTOS CONTRA – 6
ABSTENÇÕES – 2

VOTOS A FAVOR – 59

Uma vez que não havia mais nenhum ponto para discussão na agenda de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão quando eram 13.30 horas. Desta sessão foi lavrada a presente acta, que depois de aprovada será assinada pelo senhor Presidente da Assembleia e pelos seus Secretários.

O PRESIDENTE _____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____

